

Resenha bibliográfica 2

Emprego e salários na indústria de construção

Werneck, Dorothea F. F. *Emprego e Salários na Indústria de Construção*. Coleção Relatórios de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978. N.º 40. 176 pp.

ROY GILBERT *

“É fato reconhecido que a indústria de construção constitui uma das mais importantes atividades econômicas. A grande capacidade de absorver mão-de-obra, a possibilidade de produzir bens de capital utilizando pouco capital, a reduzida demanda derivada de bens importados, além do fato de o Governo exercer grande influência sobre o setor, são alguns dos fatores relacionados para justificar sua importância” (p. 5).

É com estas palavras que Dorothea Werneck destaca o papel do setor de construção na economia brasileira, para em seguida assinalar corretamente a falta de pesquisas sobre o assunto. Bastariam estas duas razões para que seu trabalho merecesse as atenções e boas-vindas de todos os interessados no estudo da economia brasileira.

Tendo como primeiro objetivo a “análise do funcionamento do mercado de trabalho nessa indústria [de construção] como um todo”, a autora baseia o livro quase exclusivamente no preceito da “grande capacidade de absorção de mão-de-obra”. Para a presente resenha

* O Prof. Gilbert é consultor internacional em Economia e Planejamento, tendo, no Brasil, trabalhado para a CEPAL.

esta questão do uso da mão-de-obra no setor será a principal a ser abordada.

A autora inicia sua análise no Capítulo II, a partir de um exame das tendências históricas de emprego em cada um dos grandes setores da economia brasileira desde 1940. A partir de dados dos Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1973, ambos da FIBGE, a autora demonstra que, ao longo do período 1940/73, a taxa anual de crescimento de emprego no setor de construção (6,2%) foi maior que as taxas dos demais setores (atividades não agrícolas, 4,8%; setor secundário, exceto construção, 4,9%; e comércio e serviços, 4,5%). Desta forma a autora conclui pela confirmação da maior capacidade de absorção de mão-de-obra pelo setor de construção, em comparação a outros setores.

Contudo, o que não é levado em conta pela conclusão de Dorothea Werneck é a queda desta *performance* em termos de absorção de mão-de-obra pelo setor, ao longo do referido período. Os dados apresentados no próprio livro poderiam permitir uma análise mais aprofundada do que a realizada pela autora. Pode-se concluir a partir daqueles dados que a taxa de crescimento de emprego no setor de construção foi superior ao restante do setor secundário durante as décadas de 1940/50 e 1950/60. Por outro lado, a mesma taxa de crescimento de emprego do setor de construção foi inferior à do resto do setor secundário durante o período 1960/73. Este declínio relativo da capacidade de absorção de mão-de-obra na construção fica ainda mais evidente quando aí se incluem as cifras do Censo Demográfico de 1970, informações que estão curiosamente ausentes da análise.

É possível que o setor de construção não desempenhe mais o papel de grande absorvedor de mão-de-obra? Na presente obra (Tabela II.1), constata-se que entre 1960 e 1973 o emprego no setor de construção cresceu a taxas anuais de 7,2%, ao passo que no setor secundário, exceto construção, esse crescimento foi de 7,6%. A maior absorção de mão-de-obra por este último fica ainda mais evidente quando se considera o crescimento desses setores em termos absolutos. Entre 1960 e 1973, segundo as cifras apresentadas, 1.149.000 pessoas foram adicionadas à força de trabalho do setor de construção, en-

quanto 3.485.000 foram adicionadas ao setor secundário, exceto construção. Portanto, em termos da economia do País o setor de construção absorveu, a uma taxa de crescimento menor, apenas uma terça parte da mão-de-obra absorvida pelo restante do setor secundário. Neste sentido, deve-se perguntar se é um ponto de partida válido para o trabalho de Dorothea Werneck o preceito da importância do setor de construção como grande absorvedor de mão-de-obra, quando os dados apresentados no próprio livro dão a entender uma tendência contrária.

Por outro lado, o livro continua com uma análise bem clara das características da mão-de-obra no setor: a quase exclusiva participação do sexo masculino; a predominância de homens no seu período de vida mais produtivo; o fato de que tanto migrantes quanto pessoas com pouca escolaridade são as que encontram as maiores oportunidades de emprego no setor. Também a análise no Capítulo IV fornece informações sobre o elevado número de horas semanais trabalhadas, especialmente pelos autônomos. A alta proporção da força de trabalho sem carteira assinada é fator importante explicado pelos altos encargos sociais e trabalhistas associados ao registro de trabalhadores. A exposição nos Capítulos III e IV é a mais clara e informativa do livro, reunindo uma série de informações importantes para o interessado no setor. A autora pinta quase que fielmente o quadro das reais condições de trabalho no setor, utilizando-se apenas de dados secundários. Evidentemente, a falta de uma pesquisa de campo representa uma limitação bastante severa, mas mesmo assim o livro assinala algumas variáveis importantes a serem pesquisadas.

O trabalho de Dorothea Werneck reúne no Capítulo V, pela primeira vez, informações publicadas sobre a remuneração no setor da construção. Todavia, o quadro não fica tão claro, e as conclusões do livro sobre o nível salarial e as diferenças inter-regionais são, nas palavras da autora, preliminares. De um lado, o custo médio mensal da mão-de-obra no setor, embora sendo abaixo da média no caso do Estado de São Paulo em 1970, não é um dos mais baixos entre os setores. Por outro lado, há uma concentração relativamente alta de empregados nas faixas até três salários mínimos (1973: Brasil — 89,6%; Estado de São Paulo — 86,7%; Estado do Rio de Janeiro — 84,2%). Infelizmente, e apesar da grande quantidade de dados

apresentados, não é possível uma comparação com a situação média do País. Para este leitor, as idéias deste capítulo formam entre as menos acessíveis devido à presença de muito material estatístico apresentado e não analisado. Seria mais interessante a inclusão da maioria das tabelas em um anexo estatístico, ou então a realização de uma análise cuja abordagem fosse, do ponto de vista estatístico, mais rigorosa. A única ocasião em que encontramos um enfoque mais rigoroso é quando da utilização do método de mínimos quadrados para analisar a relação entre custo médio da mão-de-obra e diversos fatores, entre eles: experiência, sexo, educação e tamanho médio do estabelecimento. Este rigor repentino (pp. 81-82) está pouco explicado, além de levantar algumas dúvidas. Por exemplo, estará correto relacionar-se o custo da mão-de-obra com a proporção de mulheres, nos termos de uma função logarítmica, quando na realidade cada mulher, acrescida à força de trabalho (com um salário inferior), reduziria *diretamente* o custo médio total? Devemos indagar, entretanto, se é possível explicar esta variável independente (custo médio) sem levar em conta a variável demanda de mão-de-obra. Esta última se comportaria diferentemente para cada um dos setores analisados no livro, e sua utilização (o crescimento da força de trabalho poderia ser utilizado como substituto) possivelmente enriqueceria a análise, e a ligação das conclusões com a realidade da economia brasileira seria mais evidente.

O Capítulo VI, último do livro, trata da remuneração de ocupações típicas do setor de construção, onde é feita uma interessante análise da evolução da relação entre os salários-hora de mestres-de-obra e de serventes e, de outro lado, pedreiros e serventes. A conclusão principal é que os mestres-de-obra conseguiram melhorar seu nível (em termos de salário-hora) entre 1969 e 1976 na maioria dos Estados da Federação, enquanto a posição do pedreiro piorou. É sobre este ponto, na conclusão do livro, que Dorothea Werneck apenas toca pela primeira vez numa questão fundamental. A autora assinala que “a abertura do leque salarial poderia ser explicada pelas diferenças existentes entre as estruturas industriais [das regiões]” (p. 128).

É justamente a análise da estrutura do setor de construção e sua mudança que mereceria um tratamento mais profundo, especialmente no início do livro, quando trata da evolução do emprego desde 1940.

O período analisado, de mais de 30 anos, testemunhou profundas mudanças estruturais na economia brasileira, e igualmente no setor de construção. Não seria significativo o fato de que a referida queda na taxa de absorção de mão-de-obra tenha ocorrido justamente a partir do chamado “milagre econômico”?

Uma análise da produtividade da mão-de-obra ao longo deste período, por exemplo, poderia ter demonstrado os ganhos, especialmente nos últimos anos, devido à capitalização do setor. Desta forma não se pode imaginar que a função de um mestre-de-obra não tenha mudado nos últimos 10 anos, hipótese implícita no trabalho em epígrafe. Tais ganhos de produtividade implicam dois fatores: o primeiro, uma mudança tecnológica (no sentido de relação trabalho/capital); e, o segundo, associado a uma mudança na composição da força de trabalho. Com relação ao primeiro caso, dificilmente se pode negar a importância do câmbio tecnológico num período que presenciou no setor de edificações, por exemplo, a adoção numa escala crescente de guindastes e concreto pré-preparado. Assim, seria importante frisar a característica dinâmica do setor de construção no Brasil, ao invés da imagem predominantemente estática adotada pela autora.

No segundo caso, a mudança do tipo de mão-de-obra utilizada, ou nas funções a serem desempenhadas, acompanhou a mudança estrutural. Para citar um exemplo, a análise da autora sobre as diferenças salariais poderia ser enriquecida com a análise das novas ocupações mais especializadas, tais como de guindasteiros e soldadores com oxiacetileno. Teria havido um aumento na demanda deste tipo de mão-de-obra e um decréscimo na demanda de funções tradicionais, tais como pedreiros? O que poderia explicar a queda de posição deste último? Este é o tipo de pergunta que surge a partir da leitura do livro.

Tais questões não teriam sido levantadas se o marco teórico do trabalho fosse mais explícito. Por exemplo, Dorothea Werneck corretamente assinala a natureza derivada da demanda de mão-de-obra, mas não há uma clara constatação da relação demanda de mão-de-obra/demanda de produto. Por este motivo, não fica muito claro se a análise da evolução do emprego é esta mesma ou se se trata de uma análise da evolução do produto. Por isso, a negação de uma

mudança na relação mão-de-obra/produto é hipótese implícita no livro que torna difícil ao leitor saber se o argumento se refere a uma ou outra análise.

Uma outra dúvida de caráter teórico no livro é com respeito ao tratamento do papel do Governo. Na nossa opinião não fica clara a posição do Estado com relação ao setor de construção. As mudanças salariais observadas seriam decorrentes diretamente da maior participação do Estado, especialmente no caso do subsector edificações, através do Banco Nacional da Habitação?

Apesar das observações feitas nesta resenha, existe a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre as questões levantadas no livro. O caminho desse aprofundamento é provavelmente através de mais trabalho empírico. O livro de Dorothea Werneck é um bom exemplo dos limites até onde se pode chegar, utilizando-se apenas de dados secundários, mas que, ao mesmo tempo, mostra um caminho a ser seguido. Dada a natureza introdutória e resumida deste livro, não seria justo esperar que todos os aspectos fossem cobertos. Todavia, uma vez que as questões já foram levantadas por esta valiosa obra, seria interessante que ela fosse objeto das atenções dos estudiosos da economia brasileira, e que eles sejam estimulados, como este leitor o foi, pelas importantes questões levantadas por Dorothea Werneck.